

# A crise exige vigor e resultados

Faz um mês que o ambiente de câmbio fixo disfarçado e sobrevalorizado desmoronou. As discussões a respeito da oportunidade da flutuação cambial tornaram-se desde então inevitáveis. Num quadro emocional e inquietante, pessoas simples, autoridades e chefes de empresas aplicam tempo, esforço e talento em digressões sobre um futuro que ninguém conhece. As coisas se passam assim entre seres humanos quando a insegurança toma conta das mentes e paralisa decisões.

Contudo, pagar contas, faturar pedidos, desembasar encomendas, fixar preços e, no caso dos governantes, conduzir o povo é mais do que nunca preciso. Para tanto, a hora requer habilidades práticas e resultados visíveis. É disso que trataremos aqui, depois de uma carência que o pudor republicano prescreve à cidadania em momentos de transe.

## Chegou o momento de comandar a máquina pública

Como a presente crise nasce da escassez de divisas e o trato dessa conta é prerrogativa do Estado, comecemos pelo poder federal. Quatro anos de administração bastam largamente para confirmar a ojeriza do primeiro escalão do Executivo aos corpos do Estado. O presidente da República, seus ministros e equipes diretamente por eles nomeadas — os políticos, portanto — agem deliberadamente de costas para a máquina permanente de servidores.

Nisso expressam uma revolta que cresceu na sociedade a partir de meados da década passada, quando cidadãos comuns de todas as posses tomaram progressivamente consciência de que seus impostos vinham cada vez mais servindo para adubar uma classe de funcionários poderosos, imutáveis e seguros a partir de garantias salariais muito além do razoável para uma vida profissional útil. Houve gestos e iniciativas para corrigir tais desvios. Fizeram-se outra vez concursos, produziu-se uma racionalização constitucional do setor após negociações árduas e desgastantes. Mas a verdade corriqueira indica que o atual governo não comanda, mas apenas duela contra servidores que detêm conhecimentos, informações e muitas vezes espaço legal para tomar iniciativas que interferem profundamente na vida de todos.

Vale mencionar, sem muitos detalhes, dois aspectos perniciosos decorrentes do fosso que existe entre comandantes e subordinados. O primeiro é a manutenção vergonhosa de alguns milhões de lançamentos indevidos, inúteis e muitas vezes perversos de apontamentos fiscais contra empresas ou cidadãos na lista de inadimplentes perante os coletores fiscais, o Cadin. Figuram lá, na mesma condição, sonegadores contumazes e companhias sérias, ambos proibidos de fazer negócios com qualquer instância da República até que o titular de uma senha reconhecida se disponha a cumprir com seu dever e limpar a mancha. Pois bem, há mais de uma companhia que provou no começo de 1998 ter pago em dia algumas parcelas apontadas de tributos devidos em 1996, mas que em pleno segundo mês civil de 1999 ainda não viu o nome desaparecer do rol dos ímpios.

No caso, nem as dispendiosas facilidades oferecidas por despachantes resolvem, pois existe uma operação tartaruga que imobiliza seções inteiras da Receita Federal, num rodízio perverso de bagunça e subversão que a hierarquia finge não existir porque os cárgados mudam a cada semana. Mas na mesma repartição notou-se, dias atrás, quão ágil pode ser um agente público situado na cadeia certa. O caso principiou quando uma autoridade preocupada com movimentos psicológicos derivados do câmbio ordenou o fechamento do acesso ao registro computadorizado das exportações e importações, o Siscomex. Ali, como se sabe, olhos experientes de muitas empresas conseguiram sem mistérios ou ilicitudes deduzir os valores praticados por concorrentes em compras ou vendas ao exterior. Também se sabe que esse tipo de informação era anteriormente comerciada por baixo do pano, a preços que podiam atingir até US\$ 10 mil mensais. Pois bem, as listas paralelas já voltaram a ser oferecidas à praça.

Exemplos parecidos não faltam e o que importa, neste caso, é compreender a natureza de um problema que agora já não pode ser escondido: governos passam e não podem ignorar ou desprezar os corpos do Estado, perenes por definição. A presente administração não tem o direito de cultivar uma soberba de quem não precisa dos servidores para outra coisa senão para o cafezinho e o transporte.

Informações obtidas particularmente podem ajudar o ministro numa ou noutra decisão, mas é com os dados da máquina que os ministros e seus assistentes terão de caminhar a partir da eclosão de uma crise

econômica que demandará vários anos de esforço e, principalmente, coesão. O antagonismo tornou-se arriscado e quem deve tomar a iniciativa de aproximação é o provisório, ou seja, o comando político que vive um mandato de quatro anos.

Se a turma dos permanentes parecer inepta ao responsável da vez, que este descubra a forma legal de mandar a turma para casa e, sempre dentro da lei, crie um novo quadro mais competente. Mas a picuinha como forma de gestão da coisa pública é desastre caro e inadmissível nos dias que correm.

## Agir para melhorar o desempenho dos grandes números

Este governo acreditou piamente — e por cinco anos — na fórmula do câmbio forte. Quando deixou a moeda flutuar, num rasgo de racionalidade que breve poderá dar frutos, postou-se repentinamente como defensor do mercado enquanto árbitro supremo da área cambial. Aquilo que não servia na véspera tornou-se dogma num piscar de olhos. Pois bem. O fato é que o mercado funciona espetacularmente. Mas requer prazos sensatos para mostrar números consistentes. E prazo é coisa que não está disponível nas prateleiras do nosso país.

Este jornal defende uma ampliação do espaço para funcionamento das forças competitivas na economia. Mas no momento emerge uma urgência como raras vezes se viu sob o Cruzeiro do Sul: é preciso cortar os juros profunda

e imediatamente para evitar uma depressão.

Para tanto, existe um roteiro conhecido e chanceado por todas as correntes de economistas sérios, com quatro itens: a obtenção de um saldo comercial no curto prazo, que por sua vez mostrará uma redução nas necessidades externas de financiamento, o que retiraria pressão da dívida pública, com o que por fim ficaria sensato admitir que o governo pode servir seu débito e, portanto, cortar os juros básicos que asfixiam o mercado interno.

Se agir espontaneamente, o mercado cambial vai precisar um ano inteiro para acertar o comércio e, assim, reverter a pressão cambial. A Coreia, em situação bem semelhante, fez o ajuste em trinta dias. E não teve vergonha de mostrar o feito como resultado de forte intervenção pública sobre os agentes privados. Nós também não temos pejo ao exigir que o governo brasileiro faça movimentos similares.

É imperioso chamar os bancos internacionais que conosco exercitam o ofício do financiamento comercial e deles exigir o alargamento das linhas. A maioria dessas casas, que militam há décadas em nosso solo, atenderá a instrução. Enquanto os recalcitrantes poderão descobrir em poucas semanas o que significa na prática agravar um hospedeiro lhano e fiel.

Nesse mesmo capítulo, os institutos de crédito oficiais com trânsito internacional têm a obrigação de convocar os grandes exportadores de produtos brasileiros e mostrar-lhes atrativos irresistíveis aos que praticarem um esforço extraordinário para vender já aos clientes em moeda forte uma quantidade substantiva de mercadorias além das cotas tradicionais. Se o Brasil fizer US\$ 500 milhões mensais adicionais nas exportações, o funcionamento necessariamente lento da demanda local permitirá exibir um saldo comercial já nas contas de março.

A etapa subsequente envolverá uma inversão nítida e consistente na curva dos juros básicos. Sabemos que este país deverá por um bom tempo pagar acima dos demais. A verdade, no entanto, é que os juros reais são hoje praticamente nulos na Europa, negativos no Japão e tendem a ficar abaixo dos 3% anuais nos Estados Unidos.

Aliás, os juros reais deste século XX ficaram, na média, em 3%. Se o nosso Banco Central trabalhar a partir de uns 15% reais, mostrando tendência para chegar aos 12% no final deste exercício, o setor produtivo encontrará motivos para realizar o potencial expansionista que parece cada vez mais nítido na conjuntura — depois da retirada do entrave cambial e também com a contribuição acidental do calo inflacionário para comprimir o déficit público em 1999.

## Abrir e manter canais institucionais com a sociedade

Tais providências requerem uma dose de pragmatismo e de determinação que não parecem abundar neste momento. Ficar paralisado perante o manual do FMI, depois de renegá-lo altaneiramente por anos, seria burrice. Como imaginar e construir uma rota para dar curso à política pragmática é tarefa de quem está no leme, conhece as dificuldades e aproveitou a fase boa do poder durante quatro anos sem pestanejar.

Mais do que comandar e fazer a coisa certa numa

economia cujo maior patrimônio consiste na sustentação de um imenso mercado interno, que bem-trabalhado pode ostentar dentro de poucos anos um contingente de 160 milhões de consumidores, a lição que a crise cambial lega ao País é a necessidade de desentupir os canais de consulta e busca de consenso para assuntos estruturais entre todos os escalões e escaninhos da sociedade.

Este tema percorre as conversas do momento, disfarçado no clamor pela adoção de uma reforma política. Mas ele tem aspectos mais profundos e merece um tratamento transparente. Com toda candura, chegou o momento de dizer que a representação democrática e legítima do povo, o Parlamento em todos os níveis, deve e precisa atuar tendo consciência de que ao seu lado, num quadro legal que a sociedade terá de discutir e aprovar o quanto antes, existe um instrumento de pressão moral capaz de fazer andar matérias estruturais que figuram nas prioridades dos eleitos em pleitos majoritários.

Falamos aqui de alguma espécie de conselho que expresse as mais diferentes atividades produtivas e intelectuais da Nação. Um foro amplo, cujos integrantes, talvez duas centenas, indicados por entidades reconhecidas e referendados por instâncias elevadas dos Três Poderes, tenham assento em mandato fixo, sem vencimentos e que deem suas opiniões a respeito de matérias relevantes da ordem econômica e social, quando acionados pelo Executivo ou Legislativo, de maneira que a representação política conheça à luz do dia quais as inclinações do corpo social.

Aqui faz-se necessária uma pausa. Essa proposição não pretende exaurir ou limitar de nenhuma forma a liberdade de decisão parlamentar. Não é, igualmente, um instrumento totalitário ao sabor das câmaras fascistas que tanto impressionaram os ideólogos brasileiros na década de 30. Os titulares deste jornal têm participado há gerações da vida pública brasileira e nessa trajetória deram testemunho sem falha do apreço que dedicam ao preceito democrático da representação escolhida por sufrágio livre, universal, secreto e proporcional.

O órgão aqui mencionado, de caráter exclusivamente consultivo, ajudará a mobilizar ações que, no entretanto cotidiano da vida política, tendem a apodrecer em gavetas variadas. Apenas no último mandato, quatro anos que deveriam ter mudado a face institucional deste país, ficaram parados compromissos como a reforma previdenciária, tributária, além da referida reforma política. Mais ainda: a tentativa canhes-tra da parte renovada da alta administração federal para atrair um punhado de empresários ao serralho do Planalto é insatisfatória e, ela sim, antidemocrática por natureza, uma vez que coopta amigos para o rei.

Nosso propósito é lançar à mesa uma discussão adulta e criteriosa sobre o modo de atuar e de escolher os integrantes de um conselho cujo horizonte fica muito acima e além de idéias até então ensaiadas, inclusive das Câmaras

Setoriais. Por ali só correriam assuntos de fundo, como a organização de um sistema previdenciário moderno e auto-suficiente para o funcionalismo, cujo anteprojeto seria recebido formalmente, discutido em prazo razoável e devolvido através de um parecer que expressasse a vontade do plenário, mesmo que examinado e até emitido por subgrupo selecionado pela vontade e critérios dos conselheiros.

Esse pronunciamento ficaria anexado no projeto definitivo, que o Executivo remeteria ao Congresso. Nada de palpite em matéria conjuntural, nada de lobby, nada de gritaria nas ruas, nada de demagogia. Apenas uma forma de manter a sociedade vizinha do calor dos acontecimentos, mediante uma instância que, repita-se, teria autoridade moral — o que não é pouco — e nada além dela.

A maneira de criar um conselho como esse merece debate. Mas a questão, posta a nu, em meio aos sobressaltos de uma crise que está nos estágios iniciais, é clara: a sociedade brasileira precisa mover-se com mais energia e eficácia em assuntos estruturais, que não podem ser decididos em brigas de rua e muito menos permanecer em suspenso, perdidos no meio das peripécias da vida eleitoral.

O que existe na proposição ora apresentada é mais democracia, de uma forma pensada e posta de pé aqui dentro do País. Nossa forma republicana, extraída em detalhes do edifício erigido pelos revolucionários norte-americanos, acaba de ser posta à prova durante o longo período de consolidação do Plano Real. E o que se vê indica muitas coisas a serem melhoradas, a começar pelos referidos mecanismos participativos. Aproveitar a oportunidade e tirar as lições da hora é sinal de maturidade e caminho para engrandecimento de todos. ■

**O atual governo não controla iniciativas de servidores que interferem na vida de todos**

**Um órgão consultivo amplo poderá mobilizar propostas que apodrecem nas gavetas**